

**Data: 31/03/2020**

**Horário: 17h – 18h35m**

**Local: Teams**

**Participantes: Mauro, Washington, Amanda**

**PAUTA(s): Ações para auditorias e ensaios até 30 de junho – COVID-19**

Portaria nº 111, de 27 de março de 2020.

Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

Considerando a pandemia do coronavírus (COVID-19) que configura uma emergência de saúde pública de preocupação internacional (alto risco global);

Considerando o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a necessidade de estabelecer condições extraordinárias devido à pandemia pelo coronavírus (COVID-19), de forma a permitir a manutenção das atividades de avaliação da conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro;

Considerando as informações contidas no documento IAF ID 3:2011 - IAF Informative Document for Management of Extraordinary Events or Circumstances Affecting ABs, CABs and Certified Organizations; Considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.001384/2020-74, resolve:

*Art. 1º Ficam estabelecidas condições alternativas aos Organismos de Certificação de Produtos (OCP) para realização das atividades de avaliação da conformidade em plantas fabris localizadas em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19), incluindo o Brasil.*

Segundo a OMS hoje são mais de 65 países afetados.

Continuamos com nossas atividades de programação dos eventos e somente em situações onde recebermos informações que não é possível que o evento ocorra, o evento será prorrogado com o uso do CIG23 do último evento para “fechar o processo” e emitir a confirmação de manutenção.

Nenhum escritório do BV até o momento está parado, alguns somente afirmam dificuldades de transporte local ou bloqueio de fronteira.

Abaixo os países reportados pela holding.

[\\S08brspl01fls00\pca\GERÊNCIA TÉCNICA\AÇÕES COVID-19\Group Health Alert 2020\\_2.3\\_COVID 19.doc](#)

82,539 confirmed cases of COVID-19 covering 47 countries:

- 78,630 cases in Mainland China
- 1,766 cases in South Korea
- 705 cases / others (Diamond Princess Cruise ship)
- 528 cases Italy
- 245 cases Iran
- 186 cases Japan
- 96 cases Singapore
- 92 Hong Kong
- 59 US
- 43 cases Kuwait
- 40 cases Thailand
- 33 Bahrain
- 32 Taiwan
- 26 Germany
- 23 Australia
- 23 Malaysia
- 18 France
- 16 Vietnam
- 15 Spain
- 15 UK
- 13 UAE
- 11 Canada
- 10 Macau, 6 Iraq, 5 Switzerland, 4 Oman, 3 Israel, 3 India, 3 Philippines, 3 Crotona, 3 Austria, 3 Greece, 2 Finland, 2 Sweden, 2 Russia, 2 Pakistan, 2 Lebanon, 1 Afghanistan, 1 Nepal, 1 Cambodia, 1 Norway, 1 Algeria, 1 Belgium, 1 Georgia, 1 Denmark

*§ 1º Após a análise mencionada no caput o Organismo poderá tomar a decisão de adiar a auditoria de manutenção ou recertificação, observadas as seguintes condições:*

**INTERPRETAÇÃO** – Sendo a auditoria em um dos países afetados, podemos considera-lo nas exceções.

*I - O adiamento da auditoria por decisão documentada do OCP não impede a emissão do documento de confirmação da manutenção ou do certificado, no caso de recertificação, nos prazos previstos no RAC específico do objeto;*

**INTERPRETAÇÃO** – Decisão deve ser documentada, devemos manter registros da decisão.

**AÇÕES 1** – Manter os e-mails com evidências nas pastas do evento, e acrescentar no RA a decisão.

**AÇÕES 2** - Considerando que nem todas as plantas realizam auditorias internas e muito menos análise crítica da alta gestão, iremos considerar o CIG23 do último evento

*II - Ocorrendo o adiamento previsto no § 1º, a auditoria deverá, necessariamente, ser realizada no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da data em que a decisão for registrada pelo OCP, mesmo que isto implique, a posteriori, na realização de 2 (duas) auditorias presenciais dentro de uma mesma etapa de avaliação;*

**INTERPRETAÇÃO - na**

**AÇÕES** - Os 6 meses serão contados à partir da emissão da carta de confirmação de manutenção. Informar através de e-mail a programadora qual o prazo máximo assim que fizer a decisão.

A programação não deve alterar as datas já previstas no Siebel, pois os para os próximos eventos, tudo seguirá normalmente.

No caso de eventos com prazos a cada 6 ou 8 meses, realizar um único evento, porém deve-se considerar dois eventos. Sendo assim, o auditor deve considerar a amostragem dos dois períodos.

Ex: Auditoria com vencimento em Março(2ªS) e Setembro(3ªS). Caso o evento ocorra excepcionalmente em Junho, considerar a realização da 2ª e 3ª SEMESTRAL no mesmo evento.

*III - Alternativamente, baseado na análise de risco efetuada nos termos do caput e considerada a existência de adequadas condições para tal, o OCP poderá tomar a decisão pela execução de auditoria remota;*

#### **INTERPRETAÇÃO -**

**AÇÕES 1** – Daremos 3 opções para o cliente no e-mail do evento.

1 – Auditoria presencial na data prevista (pouco provável);

2 – Prorrogação da auditoria para até 6 meses contados da data do vencimento da manutenção;

3 – Auditoria remota, caso ele tenha infraestrutura para isso.

A melhor opção é a auditoria remota, pois não postergamos o evento, mantemos a agenda dos auditores com eventos e mantemos o faturamento.

**AÇÕES 2** - Para auditorias onde são necessários acompanhamento do processo produtivo, ensaios de produção e /ou ensaios de rotina, não será possível ser realizado na remota. Sendo assim:

1 - Processo produtivo – Avaliar no próximo evento.

2 - Ensaios de produção – Manter a mesma decisão. Cliente faz os ensaios, envia o resultado, porém mantém amostras para novo acompanhamento no evento da próxima manutenção.

No caso dos escopos de **Rodas de Alumínio, Pneus e Tubos de aço carbono**, iremos autorizar os ensaios de produção sem acompanhamento em amostras não lacradas pelo BV, porém, deve-se manter segregado outras amostras, pois quando o evento auditoria ocorrer, faremos o acompanhamento, sendo assim, deve-se incluir no plano de coleta o dobro de amostras.

3 - Ensaios de rotina – Solicitar evidências e avaliar as mesmas no próximo evento.

*IV - No caso de auditoria remota, o que pode incluir o item "Tratamento de Reclamações" do RAC específico do objeto, a atividade de auditoria de manutenção ou recertificação poderá ser dada por realizada, a critério do OCP, dispensando-se a realização de auditoria presencial prevista nos termos do inciso II; e*

**INTERPRETAÇÃO** – Podemos substituir a remota pela presencial, sem precisar refaze-la.

**AÇÕES** - na

*V - Caso a análise de risco prevista no caput não suporte o adiamento da auditoria ou as condições de funcionamento da fábrica não suportem a realização de auditoria remota, o certificado deverá ser suspenso.*

**INTERPRETAÇÃO** – Caso o cliente não confirme nenhuma das 3 opções, o certificado deve ser suspenso.

**AÇÕES** – Isso deve ser tratado caso a caso. Caso algum cliente retorne com essa justificativa, tratar o assunto com a GT.

*§ 2º Os ensaios poderão ser realizados pelo fabricante em laboratórios de 1ª ou 3ª parte acreditados no Brasil ou no exterior, no âmbito do ILAC Mutual Recognition Arrangement (ILAC MRA), independente do critério de utilização de laboratórios previsto no RAC específico do objeto*

**INTERPRETAÇÃO** – Os ensaios poderão ser realizados no lab. de 1ª ou 3ª parte, dispensando os 11 critérios do RGCP, desde seja acreditado.

**AÇÕES** – Caso o cliente opte por usar um laboratório de 1ª parte, confirmar a acreditação antes de confirmar o uso do lab.

*§ 3º Estando devidamente justificada e documentada, o OCP poderá tomar a decisão pela emissão do "Documento de Manutenção da Certificação" ou do novo "Certificado" (no caso de recertificação), sem a realização dos ensaios previstos no RAC específico do objeto; entretanto, o mesmo fica obrigado a realizar tais ensaios em até 6 (seis) meses após a o registro da decisão, mesmo que isto implique na realização de duas rodadas de ensaios em uma mesma etapa de avaliação.*

**INTERPRETAÇÃO** – na

**AÇÕES** – Os 6 meses serão contados à partir da emissão da carta de confirmação de manutenção.

**Regras para prorrogar os ensaios:**

- Não há disponibilidade de amostras (fábrica, cd ou comércio);

- Laboratório fechado;

Assim como a possibilidade de termos a auditoria remota, caso seja possível realizar os ensaios, esse devem ser realizados, mesmo que ultrapasse o prazo da manutenção.

Iremos autorizar o envio das amostras direto para o laboratório sem lacre.

Deve ser enviado o plano de ensaio/coleta ao cliente e informar o prazo de recebimento dos ensaios. Manter a programação em cópia.

Exigir a entrega dos ensaios de produção para fechar o processo de manutenção ou recertificação.

Essa ação será necessária pois os ensaios são críticos e devem ocorrer em amostras do período de produção avaliado.

Manter todo esse histórico no RA.

Não existindo matéria prima, amostras ou laboratórios disponíveis (1ª ou 3ª parte), vamos prorrogar os ensaios também.

Para processos com prazos a cada 6 ou 8 meses, duas rodadas devem ser realizadas, uma para cada período.

No caso de não termos amostras do período prorrogado, a situação deve ser tratada com a GT.

## **PARA PROCESSOS INICIAIS**

*Art. 5º No caso dos processos iniciais de certificação (concessão inicial) ficam aplicadas condições excepcionais, as quais podem ser adotadas no período previsto no art. 9º desta Portaria.*

**INTERPRETAÇÃO** – Somente para decisões até 30 de junho de 2020.

**AÇÕES** – Cuidar para que nenhuma emissão ultrapasse essa data. Caso seja um risco, não considerar o artigo 5º.

*§ 1º O OCP poderá tomar a decisão pela execução de auditoria remota, o que inclui o item "Tratamento de Reclamações" previsto no RAC específico do objeto, ficando sob seu critério a realização posterior de auditoria presencial para confirmação da certificação.*

**INTERPRETAÇÃO** – na

**AÇÕES** – Não faremos nova auditoria.

*§ 2º Os ensaios poderão ser realizados pelo fabricante em laboratórios de 1ª ou 3ª parte acreditados no Brasil ou no exterior, no âmbito do ILAC Mutual Recognition Arrangement (ILAC MRA), independente do critério de utilização de laboratórios previsto no RAC específico do objeto.*

**INTERPRETAÇÃO** – na

**AÇÕES** – Mesmas ações da manutenção.

*§ 3º Estando devidamente justificada e documentada, o OCP pode tomar a decisão pela emissão do certificado utilizando relatório de ensaio emitido há no máximo 6 (seis) meses antes do início do processo de certificação, desde que o referido relatório faça referência a amostras que façam parte da família ou modelo objeto da certificação e à base normativa igual ou equivalente à prevista no RAC específico do objeto.*

**INTERPRETAÇÃO** – na

**AÇÕES** – Considerar a data do envio da carta de solicitação para retroagir os seis meses.

Analisar criticamente os modelos e base normativa referenciada no relatório.

*§ 4º Na ocorrência do disposto no § 3º, o OCP fica obrigado à realização dos ensaios previstos no RAC específico do objeto em até 6 (seis) meses após a concessão do certificado, o que não substituirá os ensaios previstos na primeira avaliação de manutenção.*

**INTERPRETAÇÃO** – na

**AÇÕES** – Considerar os 6 meses a partir da emissão do certificado.

*Art. 6º Devem ser mantidos registros das atividades, análises e decisões previstas nesta Portaria, bem como das evidências que as justifiquem, para apresentação ao Inmetro quando solicitado.*

**INTERPRETAÇÃO** – na

**AÇÕES** – Manter todas as decisões registrada no RA.

**Os prazos serão controlados pela planilha de auditorias prorrogadas.**